

A FAMÍLIA E O DESENVOLVIMENTO MORAL NA INFÂNCIA

Maria Emanuela de Araújo Brandão ¹
Magnólia de Lima Sousa Targino ²

RESUMO

A formação moral se constitui enquanto um importante elemento ao desenvolvimento humano em geral, e, especificamente, em se tratando da criança em seus primeiros anos de vida. Essa formação é fundamental para o desenvolvimento sadio em relação a si mesma e com os outros. Compreende-se que a educação moral é uma grande teia de significados, entre eles: saber quais valores são significativos para si e ser capaz de tomar decisões tendo em vista os aspectos pessoais e sociais da decisão. Agir moralmente e autonomamente supõe refletir, discutir e decidir, portanto, a formação desta competência demanda que se comece a partir da mais tenra idade, na infância. Neste período crucial do desenvolvimento humano se faz importante estimular a autonomia de decisão e pensamento. Sendo assim, ela acontece primeiramente no ambiente familiar, onde serão lançadas as bases para a formação do sujeito, e se estabelece no decorrer dos anos da infância e adolescência, em que o indivíduo deve alcançar a autonomia. Desta forma, a família tem papel determinante no que se refere a propiciar que a criança se desenvolva plenamente e integralmente, auxiliando nas noções de regras sociais e de respeito. Desse modo, procura-se compreender mais profundamente a função da família no desenvolvimento da moralidade na infância. Para tanto, analisa-se o papel desta estrutura no processo histórico de descoberta da infância e como ela se constitui em relação à criança, explorando os estágios de desenvolvimento da moralidade, provocando reflexões sobre o desenvolvimento desse aspecto e, especificamente, sobre sua importância ao desenvolvimento da criança. Espera-se verificar a importância da estrutura familiar ao desenvolvimento geral da criança, sobretudo nos aspectos morais; constatar a educação moral como imprescindível ao crescimento sadio da criança consigo mesma e com os outros; ressaltar a família como primeiro espaço educador da criança.

Palavras-chave: Moralidade; Família; Desenvolvimento Infantil.

INTRODUÇÃO

A família é um grande motivador das condutas morais e um agente no desenvolvimento de valores e interesse pelo bem estar social comum. O desenvolvimento da moral é um processo que se inicia na infância através de múltiplos pilares, como a interação com os pares e a intervenção dos pais em explicitar as regras sociais e as regras particulares da família. Ortiz Barón (2008) salienta que na base para os aprendizados morais está a identificação que os filhos têm com os pais, o que os faz tomar para si os valores elencados como importantes para aquela

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, emanuelaraujo0116@gmail.com;

² Mestra em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, magnoliatarginols@servidor.uepb.edu.br.

família. Assim, a relação de confiança entre pais e filhos faz com que haja uma identificação de valores e motivação para seguir as intervenções dos pais sobre os comportamentos dos filhos.

A autora destaca alguns preditores familiares que constituem o fundamento do desenvolvimento de comportamentos morais e internalização da mesma, como: afeto, aceitação, comunicação moral, intervenção moral, transmissão de valores e dedicação ao cuidado dos filhos. Desse modo, a boa relação dos pais com os filhos é fundamental não apenas ao crescimento saudável dos filhos, mas também ao desenvolvimento da moralidade, componente fundamental na relação consigo e com os outros, tendo que vista que a moral é uma reguladora de comportamentos com potencial ofensivos e motivadora de comportamentos pró-sociais.

No sentido de vermos a interligação das práticas parentais e ambiente familiar no desenvolvimento da moralidade infantil, é importante abordar os estilos parentais, que são as formas que os pais escolhem, consciente ou inconscientemente para educar os filhos. Baumrind (1971) conceitua quatro estilos parentais e suas implicações no desenvolvimento dos filhos e nos seus comportamentos. Alguns desses estilos irão produzir potencializar nos filhos suas virtudes e segurança, ao passo que outros irão prejudicar o desenvolvimento de condutas de cuidado consigo e com os outros: autoritário, autoritativo e permissivo. No estilo autoritário a pesquisadora identifica um alto nível de autoritarismo e um baixo nível de afeto, aceitação e demonstrações de amor. Este estilo provoca nos filhos uma resposta emocional de medo e coerção, em que seguem as regras não a partir da internalização e identificação com os genitores, mas por medo de punições.

Além do estilo autoritário, para a autora, há ainda o permissivo, em que os desejos das crianças são valorizados em excesso; o autoritativo, no qual o controle e o apoio são dados de forma equilibrada; neste estilo, o diálogo é o principal elemento. No estilo não – envolvido, a principal característica é a indiferença às ações dos filhos, ou até mesmo a rejeição.

A diferença entre autoridade e autoritarismo fica clara nos dois principais estilos parentais mencionados (autoritário e autoritativo). Os pais são, naturalmente, figuras de autoridade, aos quais os filhos recorrem como modelos de condutas, comportamentos. Em uma relação familiar saudável os adultos possuem autoridade sem fazer o uso do autoritarismo, que, entre outros aspectos, não promove o desenvolvimento da consciência moral e da autonomia (força motriz para o agir moral).

Montandon (2005), importante estudiosa da sociologia da infância, ressalta a importância de considerar o contexto social e cultural, como também a visão que se tem sobre a infância nas práticas parentais, sob a prerrogativa de que esses fatores irão influenciar na forma que os pais desenvolvem suas práticas com os filhos.

Ademais, a autora corrobora que, embora a criança seja destinatária de determinada prática parental, ela não recebe essa prática passivamente, mas a reinterpreta e interfere nestas, sendo a personalidade dos filhos mais um dos fatores que influenciam nos estilos parentais adotados em determinada família. Desta forma, observa-se que as práticas parentais podem promover um bom desenvolvimento na criança, que será facilitado pela confiança nas figuras de cuidado, ou pode prejudicar a construção de seus valores acerca de si e dos outros, como veremos.

Piaget, sobre o processo de construção moral, assim como nas fases do desenvolvimento humano, delimita fases do desenvolvimento da moral, que se inicia na infância e se estabelece no final da adolescência até a fase adulta. Desse modo, o autor subdivide a moral em autônoma e heterônoma, ou moral de coação e cooperação, precedidas ainda pela anomia, que é a ausência de moral. Sendo assim, a criança pequena ainda não tem noção das suas atitudes e interferência dela nas suas relações, por que está centrada. Para o autor, e outros estudiosos da área da educação moral, nesta fase, a moral corresponderia a obediência, intermediada pela autoridade e relação de forças (La Taille, 2006a, p.12)

Neste sentido, na moral heterônoma a consciência de obrigação seria precedida por uma relação de respeito unilateral pelas figuras de autoridade, em que se predomina a submissão as regras, e, posteriormente, com a maturidade, essa relação se tornaria mútua, sendo predominante a relação de cooperação.

Outros autores colaboram sobre esta questão, salientando a riqueza da vida moral na infância, sem ser obrigatoriamente necessária a mediação da figura de autoridade. Nesta visão, haveria na criança uma capacidade de realizar juízo do certo e errado a partir da abstração precoce das regras para o mínimo do bom convívio social e também uma sensibilidade precoce ao bem estar alheio. La Taille (2006a) afirma a importância da generosidade na gênese da moralidade infantil, para ele, a generosidade seria um elemento desencadeador de sucessivas descentrações e por isso deve ocupar um lugar de destaque no universo moral da criança.

Desse modo, para o autor, a moral da criança pequena não se resume a uma obediência por coação, mas, ela tem a capacidade de querer corresponder às expectativas das pessoas ao seu entorno, ou seja, descentrar-se, através de atos de generosidade.

Assim, como vimos em OrtizBarón (2008), a relação familiar bem estruturada, harmoniosa, além de promover atitudes pró-sociais nos filhos, fomenta a superação da moralidade heterônoma, pela autoridade autônoma através da cooperação ou reciprocidade, em que a criança busca realizar boas atitudes ou atitudes generosas para corresponder à expectativa das figuras a quem respeita. Esta capacidade é um traço da autonomia moral, segundo a tese de Piaget, um dos fatores que leva a desenvolver-se moralmente é a sua vontade corresponder às expectativas dos seu entorno (La Taille, 2006a).

Sobre a moral heterônoma, em seu trabalho, Piaget enfatiza as relações assimétricas de coação, as regras são superficialmente assimiladas e não são construídos significados mais profundos sobre elas. Nas palavras de La Taille (2006a, p. 14):

“Em compensação, as relações de reciprocidade (cooperação) promovem o enraizamento das noções (que se tornam conceitos, na terminologia piagetiana) e das regras (que passam a ser entendidas por intermédio de seu ‘espírito’) na consciência, fato que não somente permite uma rica assimilação das mesmas, como sua articulação em redes de significado mais amplas.”

Desse modo, observamos que para Piaget o objetivo maior era que a criança se desenvolvesse e superasse a obediência através da cooperação. Ainda para o teórico, a qualidade das primeiras interações das crianças vão ser imprescindíveis a ética e a construção de condutas pró-sociais.

Erickson (apud: Rabello e Passos, 2008), ao desenvolver a teoria psicossocial do desenvolvimento humano, fez distinção de estágios do desenvolvimento psicossocial do ser humano, considerando-o como um ser social que sofre interferência do meio em que vive. Assim, no primeiro estágio, que o autor denomina como confiança básica X desconfiança básica, ele aborda a importância das primeiras interações do bebê, se positivas, seu conceito de si e de mundo será positivo, se negativa, a criança pode criar desconfiança e, por conseguinte, frustração.

Rabello e Passos (2008) lançam um importante contraponto a essa questão quando dizem: “É importante que a criança conviva com pequenas frustrações, pois é daí que ela vai aprender a definir quais esperanças são possíveis de serem realizadas, dando a noção do que Erikson chamou de ordem cósmica, ou seja, as regras que regem o mundo.”

Como já ressaltado, para Piaget (1975;1977) a criança adentra ao mundo da moral através da heteronomia. Na moral heterônoma o indivíduo ainda não toma decisões a partir da própria consciência e autonomia, ele precisa de interferência externa para decidir sobre como agir, dessa forma, os pais estarão sempre sendo modelos de como agir, intervindo nas situações cotidianas e transmitindo os valores da família. É comum que, na ausência das figuras de autoridade, o indivíduo na fase da moral heterônoma, torne a realizar as ações proibidas, pois ainda não houve internalização do sentido das regras e a razão por trás destas.

Ao alcançar a autonomia, mediada pela intervenção dos pais, diálogo e ambiente favorável ao desenvolvimento desta, o indivíduo pode decidir sobre as regras impostas, dialogar sobre elas e inseri-las, ou não, no conjunto de comportamentos que pretende realizar, não necessitando do controle externo dos pais para agir de maneira saudável socialmente.

Nesse sentido, segundo Dias (2005) para agir moralmente é necessário refletir, discutir, avaliar e deliberar sobre as correções dos atos morais, desse modo, a mola propulsora da construção moral é a autonomia. Por isso, neste período crucial do desenvolvimento humano se faz importante estimular a autonomia de decisão e pensamento. Sendo assim, ela acontece primeiramente no ambiente familiar, onde serão lançadas as bases para a formação do sujeito, e se estabelece no decorrer dos anos da infância e adolescência;

Piaget considera que as primeiras noções de respeito são o fundamento para a compreensão das regras sociais, dos limites e da cooperação. Os pais auxiliarão o desenvolvimento deste processo facilitando e tornando mais atrativa o respeito e aceitação da autoridade inerente aos pais ou responsáveis, possibilitando que a criança iniciando pela moral heterônoma, mediada pelos aprendizados meio externo, de fora para dentro, possa, posteriormente a partir do diálogo, da reflexão e da aceitação, tornar-se autônoma.

Desse modo, Ortiz Barón et al. (2008) afirmam que um dos principais indicadores de internalização moral é a capacidade de controlar as condutas, o respeito a normas e resistência à tentação na ausência de supervisão. Vê-se, dessa forma, que o indivíduo que atingiu autonomia moral consegue guiar-se moralmente sem a necessidade de controle externo ou

cobranças para que o faça. Ele delibera consigo, reflete e consegue decidir tendo em vista o bem estar próprio e social comum, tendo em vista que, quando o sujeito não age moralmente, as consequências sociais e internas são sentidas em maior ou menor grau, o indivíduo, por exemplo, pode experimentar a culpa pelo ato praticado. A culpa, enquanto desejo de reparar o erro causado na vida de outrem, pode ser um indicador de internalização moral, colabora Ortiz Barón et al. (2008).

Assim, o indivíduo autônomo que internalizou a moral vai inibir determinados comportamentos e privilegiar outros que vão de encontro aos seus valores.

Para Targino e Costa Filho (2020) quando as relações entre pais e filhos são fundamentadas na afetividade, no respeito e diálogo, a criança desenvolve autonomia, atingindo bons níveis de desenvolvimento sociomoral. Segundo Dias (2005) o agir moralmente está interligado com as dimensões individuais e sociais. A moral é uma teia composta de muitos significados que vão ser determinados pelo ambiente e indivíduos que o compõem, esta dimensão da vida humana pode ser compreendida como o processo de transmissão cultural e assimilação de hábitos, costumes e regras sociais e como um processo que ajuda o indivíduo a discernir quais valores são significativos para si.

Silva (2010) sobre a importância do desenvolvimento da moralidade na infância destaca que o trabalho desse aspecto possibilita a ruptura com o egocentrismo próprio a criança, como o próprio Piaget conceitua nos primeiros estágios de desenvolvimento da criança, permitindo que a criança compreenda a realidade e amplie sua visão do cotidiano. Essa ruptura permite que a criança possa experimentar interações mais saudáveis e plenas com seus pares e consigo. Como indica Silva (2020), a criança através do trabalho da moralidade, será levada a pensar que não é apenas sua satisfação que basta, mas é levada a refletir sobre o bem estar do outro e o impacto de suas ações sobre ele.

Sobre este aspecto específico, La Taille (2006b) corrobora que a moral “verdadeiramente humana” não é apenas seguir regras. O autor diferencia a moral da ética, em que a primeira seria como mandamentos precisos e regras bem delimitadas. Já a segunda seriam os princípios norteadores que incidem sobre cada decisão tomada, sem se fazer necessário recorrer a um conjunto de “mandamentos” para saber o que fazer. Para Silva (2010) a ética e moral não são sinônimos. A ética estaria associada à análise crítico-reflexiva de posturas e condutas morais do sujeito em determinados contextos sociais. Para a assimilação da ética na

infância, a autora destaca que é necessária a assimilação de condutas altruístas para a sua realização. Desse modo, considera-se que educar moralmente é levar a criança a dar o melhor de si, numa perspectiva de superação de um conhecimento pelo outro e na busca pela excelência.

METODOLOGIA

O presente artigo foi realizado através de pesquisa bibliográfica, consultando trabalhos e autores que dialogam sobre a família, as práticas parentais e suas articulações com o estudo da moralidade. O arcabouço teórico foi de pesquisas realizadas em bancos de dados digitais (google acadêmico, Scielo e repositórios institucionais) por meio de termos que se inter-relacionassem com o objeto de estudo, como: “moralidade e desenvolvimento infantil”; “práticas educativas parentais” e “processo histórico da família”, buscando respaldo para nosso trabalho em outros estudos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observa-se que a moral é uma construção racional dialógica e autônoma de princípios, valores e normas auxiliando para que o indivíduo tenha a capacidade de julgar criticamente a realidade e está diretamente relacionado à educação. Viu-se, que, para autores que dialogam com a moralidade, enquanto construção e superação de estágios, como Piaget, a interação social entre pares e figuras de autoridade é um pilar fundamental para que esta competência se desenvolva e possibilite ao indivíduo a realização pessoal de poder deliberar e agir com base em seus valores autonomamente.

Desse modo, para facilitar esse desenvolvimento na criança, a família deve dar lugar a práticas que prezem pelo diálogo, respeito, e desenvolvimento da autonomia, em oposição a práticas autoritárias e permissivas, para que a criança se desenvolva integralmente e alcance a fase adulta com valores, autonomia de pensamento e ação bem definidos, sabendo que, as práticas educativas parentais têm forte influência sobre a vida do indivíduo.

Fica clara a contribuição e influência dos pais na construção de diferentes pilares na vida das crianças, mas, sobretudo na construção da moralidade em todos os seus significados e condicionantes. A família vem se constituindo em um importante agente nas vivências próprias da infância desde o processo de visibilidade da infância na idade moderna. Desse modo,

esperamos contribuir para que a família se aproprie desta responsabilidade e ambiente privilegiado que possuem para possibilitar um vasto repertório moral às crianças. Também se ressalta o papel da escola de colaborar com a família para que esta construção se efetive, seja na parte que lhe compete, diretamente com as crianças, ou na orientação dos pais quanto a esta importância desta formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A moral constantemente é compreendida como um conjunto de regras que devem ser seguidas e transmitidas aos mais novos, em que é preciso introjetar hábitos, costumes e formas de ser. Constatamos que a moral também deve ser entendida como um processo que auxilia o ser humano a decidir, com base em um discernimento que provém do conhecimento dos valores que fazem sentido para si, sendo imprescindível, portanto, a capacidade de pensar de maneira autônoma.

Vimos que esta competência, assim como o desenvolvimento da autonomia para esta, é, substancialmente, influenciada pelo ambiente familiar que o sujeito habita, sabendo que um ambiente que promove o afeto, aceitação, a comunicação, a confiança, entre outros aspectos, está mais propícia a desenvolver a moralidade nos filhos.

Desse modo, verificou-se a importância da estrutura familiar ao desenvolvimento geral da criança, principalmente ao desenvolvimento geral da criança, sobretudo nos aspectos morais; Constata-se a moral como um aspecto que vai se caracterizar pela elemento imprescindível ao crescimento sadio da criança, assim como, a autonomia como força motriz para que se desenvolva esta competência. Enfatiza-se a importância da família como espaço fundamental para a educação da criança e suas práticas como facilitadoras do processo de construção da moralidade, sobretudo na infância

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora, 1981.



DIAS, Adelaide Alves. Educação moral e autonomia na educação infantil: o que pensam os professores. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 18, p. 370-380, 2005.

LA TAILLE, Yves de. A importância da generosidade no início da gênese da moralidade na criança. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 19, p. 9-17, 2006a.

LA TAILLE, Yves de. Limites: Três dimensões educacionais. Porto Alegre: Editora Mediação, 2006b.

MONTANDON, Cléopâtre. As práticas educativas parentais e a experiência das crianças. *Educação & Sociedade*, v. 26, p. 485-507, 2005.

ORTIZ BARÓN, María José et al. Predictores familiares de la internalización moral en la infancia. **Psicothema**, 2008.

PATIAS, Naiana Dapieve; SIQUEIRA, Aline Cardoso; DIAS, Ana Cristina Garcia. Práticas educativas e intervenção com pais: a educação como proteção ao desenvolvimento dos filhos. *Mudanças–Psicologia da Saúde*, v. 21, n. 1, p. 29-40, 2013.

PIAGET, J. *Psicologia e Pedagogia*. 3ed. Rio de Janeiro: Forense, 1975.

PIAGET, J. *O Julgamento Moral na Criança*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1977

SILVA, Danielly Carvalho. *A aprendizagem moral e ética na infância: um desafio social escolar*. 2010.

TARGINO, Magnólia de Lima Sousa. FILLHO, José Andrade Costa. *Trabalhando as relações parentais e o desenvolvimento socioafetivo de adolescentes em escolas do ensino fundamental*. PROBEX/Psicologia-Pedagogia/ Relatório Final. UEPB. Campina Grande, PB, 2020.